

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO CONSELHO GERAL

***(Ponto 3 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral Anual
de 29 de março de 2012)***

Estimados Associados

Face ao dever legalmente consagrado, são funções do Conselho Geral, entre outras, a orientação estratégica do Montepio Geral – Associação Mutualista (MG-AM) e da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG); a aprovação das linhas de orientação dos planos plurianuais de ação e suas atualizações e a elaboração de um relatório anual da atividade.

Ao elaborar o relatório e submetê-lo à apreciação dos Associados, o Conselho Geral procura atingir dois objetivos centrais: informar sobre a natureza e importância dos assuntos levados à sua consideração, e colocar à disposição dos Associados um instrumento de apreciação da atividade de um órgão institucional que acompanha de perto e de forma pormenorizada a evolução e atuação do Montepio e das empresas do Grupo.

Importa ainda sublinhar a participação deste órgão institucional na reunião de quadros ocorrida a 4 e 5 de fevereiro que permitiu uma reflexão conjunta e uma partilha de ideias por forma a ultrapassar as adversidades do momento e construir em conjunto uma visão para o longo prazo.

I. Enquadramento

Na atualidade, o mundo e a União Europeia, em particular, vivem tempos difíceis com graves repercussões quer no plano social quer no plano da economia real e das finanças públicas.

A conjuntura atual tem-se revelado particularmente problemática e deixa pouca margem de manobra para estimativas otimistas no futuro próximo.

Não obstante este contexto muito adverso, a longevidade do Montepio e a acumulação de experiência secular têm sido determinantes no reforço do capital de confiança junto dos Associados, Clientes e do mercado em geral.

Na realidade, e apesar de atravessarmos um ciclo cuja duração se nos apresenta muito incerta, e o resultado final pleno de interrogações, dúvidas e contrariedades, o Montepio continua a ser capaz de fazer face às atuais dificuldades, resultado de uma gestão transparente, prudente e rigorosa complementada com o esforço da equipa e o seu empenho na concretização dos objetivos.

Deste modo, o Conselho Geral congratula-se pelo bom serviço que tem vindo a ser prestado pela Instituição em que os seus desígnios nas áreas do Mutualismo e da Economia Social têm vindo a ser reforçados.

II. Atividade do Conselho Geral

Ao longo do exercício de 2011, o Conselho Geral reuniu dez vezes, sendo cinco em sessão extraordinária, para apreciar e analisar todas as matérias que o Conselho de Administração lhe submeteu quer para efeitos de parecer quer para efeitos de deliberação.

De seguida procede-se à identificação das referidas reuniões, bem como a tomada de posição relativamente a cada uma delas.

- **Sessão de 1 de fevereiro**

Esta reunião, em sessão extraordinária, foi convocada para apreciar a situação das modalidades de benefícios em situação de insuficiência de reservas matemáticas e dar parecer sobre a proposta a apresentar pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral que contemplava:

- a) Suspensão de cobrança de quotas nas modalidades de benefícios em formação, designadas por: Pensões de Reforma 6% (6%;PM60G), Pensões de Reforma 4% (4%;PM60G) e Pensões de Reforma 4% (4%;TV88/90), até à aprovação de modificação do Regulamento de Benefícios respeitante às mesmas modalidades;
- b) Possibilidade de o Subscritor, a quem foi cancelada a entrega de quotas, anular a subscrição, com conseqüente devolução das quotas pagas para a modalidade e para coberturas complementares (contra seguro e adicional de invalidez);
- c) Limitar a alteração da idade de reforma apenas às situações em que a mesma implica a redução da idade de passagem à reforma com a manutenção da situação de não pagamento das quotas;

- d) Conveniência de modificação do Regulamento de Benefícios na parte respeitante às modalidades referidas na alínea a), de modo a atribuir eficácia permanente às deliberações tomadas a seu respeito pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração referiu que as modalidades de benefícios em questão: Pensões de Reforma 6% (6%; PM60G), Pensões de Reforma 4% (4%; PM60G) e Pensões de Reforma 4% (4%; TV88/90) haviam sido concebidas num contexto de taxas de juros elevadas, e, sobretudo, numa conjuntura de estabilidade da moeda única. Ao se constatar um desequilíbrio, tornava-se imperiosa uma correção.

Deste modo, seria adequado proceder à interrupção das entregas e dar a compensação adequada aos capitais já entregues.

Pelos Conselheiros, foram colocadas diversas questões e reforçada a necessidade de ser tomada uma atitude, devendo ser explicado aos associados subscritores dessas modalidades, que muita coisa havia mudado desde a data da subscrição: alteração da moeda; um quadro macroeconómico em que a inflação era muito menor; as taxas de mercado que tinham diminuído e daí a necessidade de um ajustamento à situação atual.

O Conselho de Administração esclareceu as questões colocadas e salientou a necessária resolução da situação dentro dos princípios gerais do direito e da tomada de posição por parte do Ministério dos Assuntos Sociais através da Direção Geral da Segurança Social.

Apreciada a situação inerente às modalidades em causa, o Conselho Geral pronunciou--se favoravelmente, por maioria, com duas abstenções, em relação à proposta do Conselho de Administração, a apresentar à Assembleia Geral extraordinária, para apreciar as mudanças projetadas e nomear uma Comissão para redigir a proposta final.

Por parte do Conselho de Administração, foram ainda prestados esclarecimentos, sobre o processo de integração do Finibanco e da concretização dos vários pontos constantes do plano definido.

- **Sessão de 10 de março**

Dando continuidade ao seu trabalho e ao cumprimento das competências que lhe estão adstritas, o Conselho Geral realizou a 10 de março a sua segunda reunião.

Esta reunião, em sessão ordinária, iniciou-se com a discussão e apreciação do “*Relatório do Conselho de Administração e Contas relativas ao exercício de 2010, do Montepio Geral - Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral, bem como o parecer do Conselho Fiscal*”.

O Conselho de Administração começou por delinear o quadro sócio-económico e financeiro do país e as suas consequências no desenvolvimento da atividade bancária, bem como as dificuldades sentidas pelas instituições financeiras no acesso aos mercados internacionais, salientando a crise nos mercados de dívida soberana como um dos principais eventos económicos de 2010, com reflexos no agravamento da situação económica do país e na situação social.

Face a uma grande incerteza e volatilidade, o Montepio orientara a sua ação para preservar os seus níveis de liquidez e manter uma forte base de capital. Paralelamente, ao nível da gestão de riscos, melhorara-se a gestão preventiva do risco de crédito e a gestão de recuperação dos créditos com incumprimento e reduziu-se a concentração setorial refletida na contração da exposição ao setor da construção e ao mercado imobiliário, por contrapartida de uma maior diversificação da atividade para setores que apresentam maior potencial de dinamismo.

Relativamente à Associação Mutualista, a sua atividade distinguiu-se pela sua visão e pela forma como se apresenta no mercado, com objetivos bem definidos que passam por continuar a crescer no número de associados, consolidando a sua posição e afirmação na economia social.

Na Caixa Económica, não obstante se inserir num contexto muito adverso, os resultados obtidos foram fruto de um esforço coletivo aliado à capacidade de planeamento das necessidades.

Examinado o documento, o Conselho Geral pronunciou-se no sentido de o mesmo estar de harmonia com as informações que lhe tinham sido prestadas ao longo desse período. Congratulando-se, acima de tudo, pelo desempenho nele retratado, deliberou dar parecer favorável ao documento apresentado pelo Conselho de Administração.

Seguindo a ordem de trabalhos, procedeu-se à aprovação, por unanimidade, do Relatório de Atividade do Conselho Geral ao longo do exercício de 2010 e a aprovação do calendário das reuniões do ano, salvaguardando o facto de poderem ocorrer reuniões extraordinárias sempre que tal se justificasse.

Esta sessão foi dada como concluída com a referência, por parte do Conselho de Administração, ao plano de integração do Finibanco em curso e do reforço da dimensão do Grupo Montepio.

- **Sessão de 28 de março**

O Conselho Geral reuniu em sessão extraordinária com o objetivo de deliberar:

1. *Sobre a aquisição, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, das ações detidas pela Finibanco Holding, SGPS, SA nas sociedades: Finibanco Vida, SA; Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, SA; Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, SA e Lestinvest, SGPS, SA.;*
2. *Sobre a alienação da totalidade das ações representativas do capital social da Finibanco Holding, SGPS, SA, à Caixa Económica Montepio Geral e a aquisição, por esta, ao Montepio Geral – Associação Mutualista da totalidade das referidas ações.*

O Conselho de Administração começou por comunicar que estava a ser dado cumprimento ao processo de passagem do Finibanco, SA para a Caixa Económica Montepio Geral, com exceção de algumas sociedades instrumentais que iriam manter-se no Montepio Geral - Associação Mutualista, conforme tinha sido aprovado internamente e acordado com as entidades de supervisão.

Perante a deliberação da Finibanco Holdings, SGPS, SA, no sentido de alienar as participações sociais nas sociedades acima referidas ao Montepio Geral - Associação Mutualista e da obtenção de esclarecimentos a várias questões inerentes, o Conselho Geral aprovou, por maioria, com uma abstenção, a proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

Dando seguimento à reunião e considerando o ponto dois da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração apresentou uma proposta no sentido do Conselho Geral autorizar:

- a) A alienação, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista à Caixa Económica Montepio Geral, da totalidade das ações representativas do capital social da Finibanco Holding, SGPS, SA, pelo valor de aquisição, incluindo a respetiva correção patrimonial, até ao limite de 345 milhões de euros e
- b) A aquisição, pela Caixa Económica Montepio Geral, da totalidade das ações representativas do capital social da Finibanco Holding, SGPS, SA.

e comentou tratar-se da concretização de uma primeira etapa do processo de consolidação anunciado, nos termos do prospeto e demais documentos da OPA.

Assim, e tendo presente o exposto, o Conselho Geral deliberou aprovar, por maioria, a proposta apresentada.

Esta sessão extraordinária terminou com uma informação em que o Conselho de Administração deu conhecimento da deliberação tomada no sentido de adquirir os vinte e oito imóveis, propriedade do Finibanco, SA, onde estavam instalados serviços próprios dessa entidade e que se destinavam à instalação, funcionamento e prossecução da atividade da Caixa Económica Montepio Geral.

- **Sessão de 24 de maio**

Em sessão extraordinária, teve lugar mais uma reunião em que a ordem de trabalhos teve como ponto único: *“A apreciação da proposta de reforma do Regulamento de Benefícios do Montepio Geral – Associação Mutualista, apresentada pela Comissão eleita em Assembleia Geral”*.

Contando com a presença dos três elementos da Comissão, a reunião iniciou-se com a intervenção de um dos elementos da Comissão que apresentou o documento em análise; explicou os objetivos pretendidos e as alterações propostas, quer de carácter geral quer ao nível de reestruturação.

Seguiu-se um debate em que vários elementos do Conselho Geral solicitaram esclarecimentos e colocaram questões.

Após as várias intervenções, o Conselho Geral emitiu um parecer, aprovado por unanimidade, no sentido de considerar que o texto em discussão apresentava propostas de solução na sua generalidade corretas e, por conseguinte, dever ser apresentado à apreciação dos Associados para posterior apresentação e aprovação por parte da Assembleia Geral.

- **Sessão de 14 de junho**

Esta reunião, em sessão ordinária, teve por ordem de trabalhos: *“Apreciar a evolução das empresas do Grupo Montepio”*.

O Conselho de Administração começou por salientar que o documento em análise era apresentado, pela primeira vez, já com a incorporação de todas as empresas adquiridas no âmbito da aquisição do Finibanco, SA.

Enunciando um quadro detalhado da situação de cada uma das principais empresas participadas do Grupo Montepio, o Conselho de Administração evidenciou a contribuição, não só dessa aquisição para a expansão do mutualismo mas também a atuação de cada uma das empresas

participadas para a criação de valor para associados e para a sociedade.

No prosseguimento da definição estratégica traçada e no que concerne à participação no capital de sociedades cuja atividade, de uma ou outra forma, complementa e consolida as atividades mutualista e bancária, o Conselho Geral analisou minuciosamente a informação fornecida, ficando devidamente informado, tendo sancionado o documento síntese em apreço.

- **Sessão de 05 de julho**

Em conformidade com as disposições estatutárias, procedeu-se, nesta data, a mais uma sessão extraordinária do Conselho Geral para “*Tomar conhecimento do desenvolvimento do processo de reforma do Regulamento de Benefícios do Montepio Geral – Associação Mutualista e do resultado obtido com a consulta aos Associados*”.

Tomando a palavra um dos elementos da Comissão de Revisão, informou que, apesar do convite público aos associados para se pronunciarem sobre o processo de reforma do Regulamento de Benefícios do Montepio Geral – Associação Mutualista, não tinham sido rececionados quaisquer comentários ou emitidas quaisquer opiniões neste âmbito.

Face ao documento em análise e dos vários comentários, sugestões e opiniões apresentadas, foi colocada à votação a proposta de um conselheiro, no sentido do Conselho Geral emitir um parecer favorável, sobre as orientações defendidas pela Comissão de Revisão, que obteve a maioria dos votos.

Dando continuidade à discussão do ponto único da ordem de trabalhos, foi apresentado o calendário a culminar na Assembleia Geral onde teria lugar a discussão do Regulamento de Benefícios.

Esta sessão foi dada por terminada com alusões ao atual sistema financeiro e a constatação de que o Montepio tinha cumprido praticamente todas as exigências consubstanciadas nas instruções de Basileia III, quer em matéria de capital, quer em matéria de liquidez.

- **Sessão de 28 de julho**

Em sessão extraordinária, o Conselho Geral reuniu mais uma vez, desta feita tendo por ordem de trabalhos “*Informações sobre o desenvolvimento da rede, de acordo com a política de implantação geográfica existente e sobre assuntos vários*”.

O Conselho de Administração começou por esclarecer a necessidade desta reunião, tendo em vista a negociação sobre a questão de uma eventual aquisição do BPN e apresentou uma proposta.

De seguida, essa proposta foi devidamente explanada e foi igualmente realçado o facto dessa proposta não se encaixar totalmente no projeto de venda dado que a mesma só colocava a hipótese de aquisição de alguns dos ativos.

Seguiu-se um período de debate com questões, esclarecimento de dúvidas e opiniões não integralmente consensuais, mas com a consciência de estarem perante uma proposta que foi elaborada tendo por base a leitura que o Montepio fez do processo de venda do BPN, dos interesses do Estado e dos contribuintes, apresentando-se em linha com os projetos do Montepio e o interesse dos associados.

No final, o Conselho Geral pronunciou-se favoravelmente à aquisição de alguns ativos do BPN, de acordo com o projeto do Conselho de Administração.

- **Sessão de 11 de outubro**

Retomando a sequência de reuniões ordinárias aprovadas de acordo com o calendário estabelecido, o Conselho Geral reuniu para “*Apreciar o relatório e as contas relativas ao primeiro semestre de 2011 do Montepio Geral - Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral*”, apresentado pelo Conselho de Administração.

Conscientes das dificuldades, não poderemos deixar de dissociar o Montepio do atual contexto do País, caracterizado por um fraco desempenho económico a que se juntou, ainda, o aumento sucessivo do endividamento da economia e uma diminuição da poupança interna, em sintonia com a estagnação dos negócios das empresas e com o aumento do desemprego.

Em suma, um panorama que se agravou acentuadamente com a crise financeira e cujas repercussões não deixaram de se fazer sentir. Nesta ambiência, o financiamento externo começou a ser mais difícil e mais caro com as correspondentes implicações internas, culminando, em 2011, no Programa de Ajustamento negociado entre Portugal, o FMI, a Comissão Europeia e o BCE.

O cenário está rodeado de grandes incertezas externas e internas, mas a necessária capacidade de adaptação à mudança, aliada à longevidade do Montepio e à acumulação da experiência secular têm sido determinantes no reforço do capital de confiança junto dos associados, dos clientes e do mercado em geral.

Inserido o Montepio num sistema financeiro com grandes exigências, e sujeito a sérios problemas, o Conselho de Administração começou por referir que a instituição estava a desenvolver o seu trabalho, sendo a sua situação de liquidez superior à dos outros bancos e portanto, decisiva para o seu bom funcionamento, assim como era bastante confortável a situação de capital.

Os resultados é que registaram uma quebra face ao ano anterior, explicada pelos custos da integração do Finibanco e com o aumento substancial das provisões, necessárias para fazer face à conjuntura económica adversa.

Em relação à Associação Mutualista destacaram-se crescimentos muito significativos de novos associados e de poupanças captadas junto dos mesmos.

Poder-se-ia concluir que o desempenho do primeiro semestre, em relação à Caixa Económica, esteve orientada para a integração dos ativos da Finibanco, Holdings, SGPS, SA e, por outro lado, para a minimização dos impactos do contexto adverso à atividade; em relação à Associação Mutualista foi mantida a sua estratégia de crescimento, melhoria da capacidade de resposta aos associados e participação ativa na promoção. Em relação às outras empresas do grupo tinha sido globalmente satisfatório.

Ainda relativamente ao programa de assistência financeira a Portugal e as imposições ao setor bancário, o Conselho de Administração salientou o facto de os oito principais bancos terem sido submetidos pelo Banco de Portugal e pela *Troika* a um plano de *funding* e capital para o período de 2011 - 2015, a fim de se atingirem determinadas metas, nomeadamente em termos de atividade, liquidez e exigências de capital em que, em relação ao Montepio, as principais metas do plano haviam sido cumpridas em junho.

Terminada a exposição da atividade, o Conselho Geral teceu várias considerações e preocupações mas não pode deixar de manifestar o seu apreço por verificar que, apesar das condicionantes da conjuntura recessiva, o desempenho do primeiro semestre espelhava rigor, eficiência e determinação tendo sempre presente a base de toda a estratégia, isto é, residir no mutualismo e na diferenciação pelos seus valores.

- **Sessão de 08 de novembro**

Tendo como primeiro ponto da ordem de trabalhos “*Deliberar sobre as Linhas de Orientação Estratégica e sobre os Planos Plurianuais para 2012/2014 do Grupo Montepio: Associação Mutualista, Caixa Económica e empresas do Grupo*”, o Conselho de Administração começou por informar da dificuldade em elaborar um plano estratégico para o período em causa e coincidente

com o período em que o Banco de Portugal e a *Troika* tinham acordado com o Montepio, a partir de cenários de crescimento da atividade.

Acrescentou ainda que, no setor financeiro existem exigências de desalavancagem, ou seja, redução do rácio de transformação de depósitos em crédito de 120% até 2014, e o Montepio encontra-se já abaixo desse valor, cumprindo, assim, os objetivos da *Troika* já para 2014.

Relativamente à estratégia para o grupo Montepio, até 2015, seria ajustada ao contexto de crise, procurando cumprir o plano de *funding* e de capital, de uma forma consolidada, satisfazendo os requisitos de capital e preservando os equilíbrios patrimoniais do grupo, assim como minimizar os impactos do risco de crédito e de mercado e, também, aumentar a eficiência operacional.

O grande objetivo seria reforçar a atividade do Montepio no mercado doméstico - em linha com o que vinha a ser feito -, e acompanhar, sobretudo, particulares, emigrantes e empresas, no mercado internacional, desenvolvendo a área dos clientes Top Premium.

Em suma, ao nível da execução do programa de ação para 2011, de uma forma geral, haviam sido cumpridos os objetivos.

Em relação às Linhas de Orientação Estratégica para 2012-2015, as propostas para a Associação Mutualista consistiam, designadamente, em fidelizar os associados e reter capitais; continuar a reforçar o capital da Caixa Económica; racionalizar a carteira de participações financeiras; prosseguir o aumento de associados com base no potencial dos clientes do grupo. No que à Caixa Económica diz respeito, as Linhas de Orientação Estratégica apontam, nomeadamente, para a desalavancagem da atividade; aumentar capital e o rácio *Core Tier 1*; reduzir o nível de *funding* junto do BCE e dos mercados financeiros.

O Conselho de Administração realçou ainda o facto de se tratar de linhas de orientação e que, por se enquadrarem num panorama de grande incerteza, seriam reajustadas sempre que necessário, de acordo com os interesses globais da instituição.

O Conselho Geral começou por elogiar o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração, deixando também uma palavra de apreço pela infraestrutura técnica que contribuiria para a elaboração do documento.

Após terem sido questionadas várias matérias consignadas no documento em análise, e obtidos os respetivos esclarecimentos, o Conselho Geral, dentro da sua competência deliberativa, aprovou por maioria o documento em questão.

Dando continuidade à ordem de trabalhos, o segundo ponto da ordem de trabalhos consistiu na “*Deliberação sobre o Regulamento das Rendas Vitalícias*”.

O Conselho de Administração começou por esclarecer que as Rendas Vitalícias não eram uma modalidade mutualista não sendo, por conseguinte, objeto de debate em Assembleia Geral, mas sim do Conselho Geral.

O documento distribuído aos senhores conselheiros, resultante da aprovação do Regulamento de Benefícios em Assembleia Geral extraordinária que automatizou os Regulamentos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, foi aprovado por unanimidade.

- **Sessão de 06 de dezembro**

Na sequência do que se disse nas anteriores sessões sobre a conjuntura macroeconómica recessiva e a sua repercussão na atividade das Instituições, o Programa de Ação e Orçamento da Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral para 2012, matéria de deliberação em Assembleia Geral, tiveram por base, na sua elaboração, uma visão realista e, em linha de conta, a evolução do enquadramento global económico e financeiro.

Também, à semelhança do que tinha sido afirmado na reunião anterior, aquando da discussão das Linhas de Orientação Estratégica, o Conselho de Administração afirmou continuar a existir um grande condicionamento proveniente das determinações da “Troika”, relativamente à Caixa Económica Montepio Geral, à semelhança do ocorrido com a generalidade dos bancos portugueses.

Dito isto, deu-se início à última reunião do ano, tendo sido colocado à apreciação do Conselho Geral, como ponto um da ordem de trabalhos: “*Pronunciar-se sobre o Programa de Ação e Orçamento e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2012, da Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral*”.

Por sua vez, o Conselho de Administração informou que este documento tinha sido elaborado tendo por base e como condicionante central o plano - *Funding & Capital Plan* para vigorar até 2015. E, salientou o facto de a Caixa Económica Montepio Geral ter vindo a ser objeto de controlos e revisões numa base trimestral, podendo mesmo se afirmar que, pelo seu desempenho, estamos preparados para os anos seguintes no que diz respeito à liquidez, aos rácios de transformação de depósitos em capital, assim como para continuar a apresentar resultados satisfatórios que permitem gerir a relação com os associados.

Colocado à votação o Conselho Geral deu o seu parecer favorável e aprovou, por unanimidade, o documento em questão.

Ainda nesta reunião foi discutido o ponto dois da ordem de trabalhos “*Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, relativa ao aumento do Capital Institucional da Caixa Económica Montepio Geral*”.

A fim de fazer face aos objetivos fixados para o rácio de capital, para o final de 2012, em 10%, de acordo com as disposições e normas fixadas pelo Banco de Portugal, o Conselho de Administração advertiu que um aumento de 100 milhões era suficiente até ao final de 2011, e, posteriormente, caso viesse a existir alguma situação contingente, então seria utilizada a possibilidade de ser aumentado, até 150 milhões de euros, o capital institucional da Caixa Económica.

Face ao exposto, e obtidos todos os esclarecimentos e informações, o Conselho Geral aprovou, por maioria, com uma abstenção, a proposta do Conselho de Administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, apresentada em Assembleia Geral de 22 de dezembro, para deliberação.

Lisboa, 8 de março de 2012

O Presidente do Conselho Geral

a) *Vitor José Melícias Lopes*